

Ofício 2034/07 - 12/07/07 - Prefeito  
Of. 2474/07 - 17/08/07 - Prefeito

PROTOCOLO Nº 1494/2007

DATA: 23/MAIO/2007



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

PROJETO DE LEI

Nº 109/2007

ALTERA O ART. 85 DA LEI Nº 718, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990, ALTERADO PELAS LEIS NºS 1.419, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2001, 1.902, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, 2.038, DE 23 DE MARÇO DE 2006, E 2.162, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006

**REGIME DE URGÊNCIA**

RETIRADO PELO EXECUTIVO - OFÍCIO ANEXO

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL

ENVIADO ÀS COMISSÕES: (em vermelho).

LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO; - FAV -

FINANÇAS E ORÇAMENTO; - FAV -

MÉRITOS TEMÁTICOS;

REPRESENTATIVA

Incluído na Ordem do Dia	Em	/	/
Pedido de Vistas	Em	/	/
1ª Discussão e Votação	Em	/	/
2ª Discussão e Votação	Em	/	/
Aprovado em Redação Final	Em	/	/
Promulgada	Em	/	/
LEI Nº	Sancionada	Em	/
Publicada no Órgão Oficial	Nº	Em	/





## MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 109/2007

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 1494/2007

Campo Mourão, 23/05/07 Horas 17:40

ROSEMILSON  
PROTOCOLISTA

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Ao Procurador Parla-  
mentar p/ emitir o seu  
parecer.  
R. Tureck, 28/05/07

Encaminhamos para apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que: "Altera o art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de 30 de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006, e 2.162, de 12 de dezembro de 2006".

O presente projeto tem por objetivo desmembrar o percentual conhecido como "taxa de administração" do índice de contribuição previdenciária a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundações e Autarquia do Município de Campo Mourão para atender exigência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que modificou o sistema de contabilização dos recursos referentes à "taxa de administração", antes considerados no índice global de 18,12% (dezoito vírgula doze por cento).

Destarte, informamos que não haverá nenhum impacto financeiro aos cofres do Tesouro Municipal, em virtude de que o mesmo já vem efetuando o repasse dos 18,12%, sendo necessário o referido desmembramento apenas para efeito contábil.

O efeito retroativo a 1º de janeiro de 2007, deve ao fato de que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná exige que a alteração contábil seja efetuada desde janeiro.

Diante do exposto, tendo em vista a faculdade estabelecida no artigo 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 160, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara Municipal, solicitamos a Vossas Excelências a deliberação da matéria em regime de urgência.

Campo Mourão, 22 de maio de 2007

Nelson José Tureck  
Prefeito Municipal



# Campo Mourão

Cidade Escola



PROJETO DE LEI Nº 109/2007  
De 22 de maio de 2007

Altera o art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de 30 de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006, e 2.162, de 12 de dezembro de 2006.

O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

## LEI:

**Art. 1º** O art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de 30 de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006, e 2.162, de 12 de dezembro de 2006, passa a vigorar de acordo com a seguinte redação:

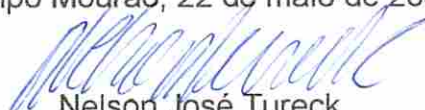
**Art. 85.** A contribuição destinada à PREVICAM, a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundações e Autarquia do Município de Campo Mourão, é de 18,12% (dezoito vírgula doze por cento) sobre o salário de contribuição dos servidores ativos, sendo 16,12% (dezesesseis vírgula doze por cento) relativa à contribuição patronal e 2% (dois por cento) para custeio das despesas administrativas da Autarquia.

.....

**§ 5º** O excedente da parcela destinada ao custeio das despesas administrativas ficarão nos cofres da PREVICAM, que poderá aplicá-lo de acordo com as disposições da Resolução BACEN 3.244, de 28 de outubro de 2004, utilizá-lo para investimentos ou pagamento de despesas previdenciárias.”  
(NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2007.

PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”  
Campo Mourão, 22 de maio de 2007

  
Nelson José Tureck  
Prefeito Municipal





PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO Nº 653/2001

DE 31/12/2001

**LEI Nº 1419**  
De 31 de dezembro de 2001

Dá nova redação à Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, que "Dispõe sobre a organização da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão - PREVICAM, instituindo Plano de Custeio e de Benefícios, e outras providências correlatas."

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** A Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"TÍTULO I**

**DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS  
BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Art. 1º** A Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão é uma entidade autárquica municipal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, com autonomia administrativa, técnica e financeira e vinculada à Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Campo Mourão.

**Parágrafo único.** São consideradas equivalentes as expressões "Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão", "Previdência Municipal" e "PREVICAM".

**Art. 2º** A PREVICAM, mediante contribuição, tem por finalidade assegurar meios indispensáveis de manutenção de seus segurados e dependentes no caso de aposentadoria por invalidez, compulsória, por tempo de contribuição e pensão, em virtude do falecimento dos beneficiários dos quais dependiam economicamente.

**Art. 3º** A PREVICAM rege-se pelos seguintes princípios básicos:

- I - universalidade da cobertura do atendimento a seus beneficiários;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios aos servidores públicos;



III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - caráter democrático de gestão administrativa, com a participação dos servidores ativos e aposentados e dos órgãos contribuintes;

VI - equidade na forma de participação no custeio;

VII - diversidade na base de financiamento.

## TÍTULO II

### DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

#### Capítulo I

#### DOS BENEFICIÁRIOS

**Art. 4º** O regime de Previdência Social que trata esta Lei, garante cobertura de todas as situações expressas no artigo 2º.

**Art. 5º** Os beneficiários do regime da PREVISCAM classificam-se em segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste capítulo.

#### Seção I

#### Dos Segurados

**Art. 6º** São segurados obrigatórios da PREVISCAM, abrangidos por esta Lei, os servidores públicos municipais, assim entendidos os funcionários, bem como os empregados contratados sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que, em 1º de agosto de 1990, em virtude de Leis Municipais, transformaram-se em servidores estatutários prestando serviços na Administração Direta, Autarquias ou Fundações Municipais.

**Art. 7º** São excluídos do regime desta Lei:

I - o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito;

II - o Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores;

III - o servidor nomeado exclusivamente para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

IV - o servidor contratado em virtude de excepcional interesse público;

V - os empregados que prestam serviços nas empresas públicas ou sociedades de economia mista.



**Parágrafo único.** Sendo o Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara, Vereador ou servidor nomeado para Cargo em Comissão, detentor de cargo de carreira na Administração Direta, Autarquias ou Fundações, não perderão a condição de segurados da PREVICAM, devendo a contribuição incidir sobre os vencimentos do cargo de carreira.

## Seção II

### Dos Dependentes

**Art. 8º** São beneficiários do regime de PREVICAM, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, o companheiro, a companheira e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.

§ 1º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração judicial, e comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento.

§ 2º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa certificando que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do artigo 226 da Constituição Federal.

§ 3º A existência de dependentes de qualquer das classes citadas neste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 4º A dependência econômica das pessoas referidas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

## Capítulo II

### DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

#### Seção I

#### Das Espécies de Prestações

**Art. 9º** O regime da PREVICAM compreende as seguintes prestações:

I - ao servidor segurado:

a) aposentadoria por invalidez;

b) aposentadoria compulsória;



- c) aposentadoria proporcional;
- d) aposentadoria por tempo de contribuição;
- e) salário-família;

II - ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio-reclusão.

**Parágrafo único.** O salário-família e o auxílio-reclusão não serão devidos ao servidor ou dependente, com remuneração, proventos ou pensão bruta superior a três vezes o menor vencimento da tabela dos servidores.

## Seção II

### Dos Períodos de Carência

**Art. 10.** Período de carência é o tempo correspondente ao número mínimo de 120 contribuições mensais indispensáveis para que o segurado faça jus à aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição.

§ 1º O servidor público ocupante de cargo efetivo que ingressou na Administração Pública a partir de 16 de dezembro de 1998 só terá direito à aposentadoria mencionada no "caput" deste artigo, após ter cumprido tempo mínimo de dez anos no serviço público e pelo menos cinco anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

§ 2º Ao servidor que ingressou na Administração Pública com data anterior à estabelecida no § 1º, será exigido somente cinco anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, sem necessidade da carência mencionada no "caput" deste artigo.

**Art. 11.** Para a concessão de aposentadoria por invalidez é necessário, no mínimo, doze contribuições mensais, ressalvado o disposto no artigo 12 desta Lei.

**Art. 12.** Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

I - pensão por morte;

II - aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa, bem como nos casos do segurado que, após filiar-se ao regime da PREVICAM, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira total adquirida no serviço, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, esclerose múltipla, Doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de Page (osteíte deformante), Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS) e contaminação por radiação, com base em laudo pericial da medicina especializada.



**Parágrafo único.** A PREVICAM poderá incluir outras doenças que a Lei indicar, com base na medicina especializada.

**Art. 13.** O período de carência é contado a partir da data de filiação do segurado ao regime da PREVICAM.

### Seção III

#### Dos Benefícios

##### Subseção I

##### Da Aposentadoria por Invalidez

**Art. 14.** A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida é devida ao segurado, que, estando ou não em gozo de licença para tratamento de saúde é considerado incapaz e insusceptível de readaptação para o exercício de atividade que lhe garanta subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto nesta condição.

§ 1º A concessão da aposentadoria por invalidez depende da verificação da condição de incapacidade laborativa mediante exame médico pericial a cargo da junta médica oficial.

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao regime da PREVICAM não lhe confere direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevem por motivo de progressão ou agravamento desta doença ou lesão.

§ 3º O benefício é devido a contar do dia imediato à decisão pelo Tribunal de Contas, da legalidade do ato que concedeu a aposentadoria.

§ 4º Concluída a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, na forma do artigo 214 da Lei 1.085, de 30 de dezembro de 1997, ou em caso de doença que imponha segregação compulsória, a aposentadoria por invalidez será deferida ao segurado, produzindo efeito a contar da data imediata à decisão do Tribunal de Contas da legalidade do ato aposentatório.

§ 5º Durante o afastamento da atividade por motivo de licença para tratamento de saúde, cabe ao órgão público, continuar pagando ao segurado os seus vencimentos.

§ 6º O período compreendido entre a data da cessação da licença para tratamento de saúde, do laudo da perícia médica que concluiu pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, ou da data da segregação compulsória com a decisão pelo Tribunal de Contas, da legalidade do ato que concedeu a aposentadoria, será considerado como licença ou prorrogação da licença para tratamento de saúde, incumbido ao órgão público onde estiver lotado o servidor continuar pagando seu respectivo vencimento ou remuneração.



**Art. 15.** O valor da aposentadoria por invalidez será integral nos casos de acidente em serviço, moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcional ao tempo de contribuição nos demais casos.

**§ 1º** Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço do órgão público, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporariamente.

**§ 2º** Os órgãos públicos do Município são responsáveis pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde de seus servidores, devendo informar ainda sobre os riscos da operação, execução e do produto a manipular.

**Art. 16.** Será cancelada a aposentadoria por invalidez na data em que o segurado retornar voluntariamente à atividade laborativa, mesmo sem vínculo empregatício, hipótese em que terá que restituir as importâncias indevidamente recebidas.

**Art. 17.** Aquele que ingressa incapaz para o trabalho, a despeito dos exames médicos de admissão a que foi submetido no serviço público no Município de Campo Mourão, não faz jus à licença para tratamento de saúde, aposentadoria por invalidez ou pensão por morte, salvo se a enfermidade se agravou no curso da relação de trabalho.

**Art. 18.** Equiparam-se ao acidente de trabalho pelos termos do artigo 19 desta Lei, as seguintes entidades mórbidas:

I - a doença profissional, assim entendida, adquirida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade;

II - a doença do trabalho, assim entendida, adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente.

**Parágrafo único.** Não será considerada como doença de trabalho:

I - a doença degenerativa;

II - a doença inerente a grupo etário.

**Art. 19.** Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeito deste capítulo:

I - o acidente ligado ao trabalho que embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para a perda ou redução da sua capacidade para o trabalho, ou tenha produzido lesão que exija atenção médica para sua recuperação;



**II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:**

**a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;**

**b) ofensa física, inclusive de terceiro;**

**c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;**

**d) ato de pessoa privada do uso da razão;**

**e) desabamento, inundação ou incêndio;**

**f) outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.**

**III - a doença proveniente de contaminação acidental do servidor no exercício de sua atividade;**

**IV - o acidente sofrido pelo servidor, ainda que fora do local e horário de trabalho:**

**a) na execução de ordem ou na realização do serviço sobre autoridade do órgão de lotação do servidor;**

**b) na prestação espontânea de qualquer serviço à Administração Direta, Autarquias ou Fundações Municipais;**

**c) em viagem a serviço da Administração Direta, Autarquias ou Fundações Municipais, seja qual for o meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor;**

**d) no percurso da residência para o local do trabalho ou vice-versa, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do servidor;**

**e) em viagem de estudo financiado pela Administração Direta, Autarquias ou Fundações Municipais, dentro de seus planos para melhoria e qualificação de mão-de-obra.**

**§ 1º Nos períodos destinados à refeição, descanso ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local ou durante o expediente de trabalho, o servidor é considerado no exercício do trabalho.**

**§ 2º Não é considerada agravação ou complicação de acidente de trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências da anterior.**

**§ 3º Considerar-se-á como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data de comunicação desta ao órgão de lotação do servidor.**



**Art. 20.** O órgão de lotação do servidor deverá comunicar o acidente do trabalho à PREVICAM até o segundo dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição do servidor sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicadas e cobradas pela Previdência Municipal.

### **Subseção II**

#### **Aposentadoria Compulsória**

**Art. 21.** O servidor público municipal será compulsoriamente aposentado aos setenta anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, iniciando-se o benefício no dia seguinte ao de seu aniversário.

§ 1º Para o cálculo dos proventos proporcionais será considerado, um trinta e cinco avos, se homem, e um trinta avos, se mulher, da totalidade dos vencimentos do servidor na véspera da concessão do benefício, por ano de contribuição.

§ 2º Os proventos proporcionais ao tempo de contribuição não poderão ser inferiores a um terço dos vencimentos percebidos pelo servidor ou ao salário mínimo.

### **Subseção III**

#### **Da Aposentadoria Voluntária Proporcional**

**Art. 22.** É assegurado o direito de aposentadoria voluntária, ao servidor que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional, até 16 de dezembro de 1998, quando atendidas as seguintes condições:

I - o servidor deverá ter 53 anos de idade, se homem, e 48 anos se mulher;

II - o servidor deverá ter cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

III - o tempo mínimo de contribuição deverá ser contado obedecendo aos seguintes critérios:

a) trinta anos para homens e vinte e cinco anos para mulheres;

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, em 16 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante na alínea anterior.

mp



**Parágrafo único.** Os proventos de aposentaria voluntária proporcional ao tempo de contribuição, serão equivalentes a setenta por cento dos vencimentos integrais do servidor efetivo no cargo em que se der a aposentadoria, acrescido de cinco por cento desse valor por ano de contribuição que supere o tempo de contribuição de trinta anos, se homem, e 25 anos, se mulher, acrescido do período adicional de que trata a alínea "b" do inciso III deste artigo, até atingir o limite de cem por cento.

#### **Subseção IV**

##### **Da Aposentadoria por Tempo de Contribuição**

**Art. 23.** O servidor será aposentado voluntariamente, cumprido o tempo de carência e observadas as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição e sessenta anos de idade, se homem, e trinta anos de contribuição e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, com proventos integrais, ao servidor que ingressou na Administração Pública a partir de 16 de dezembro de 1998;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher, com proventos integrais, ao servidor que ingressou na Administração Pública anterior a data de 16 de dezembro de 1998.

**Parágrafo único.** Na hipótese prevista no inciso II, o interessado deverá atender as seguintes condições:

I - ter cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - ter cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - contar tempo mínimo de contribuição de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher;

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que faltava até 16 de dezembro de 1998, para atingir o limite de tempo constante na alínea anterior.

#### **Subseção V**

##### **Da Aposentadoria de Professor**

**Art. 24.** O professor que comprovar, exclusivamente, o tempo de efetivo exercício das funções de Magistério na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Médio, quando da aposentadoria voluntária por tempo integral de contribuição, anterior a 16 de dezembro de 1998, deverá ter trinta anos de contribuição, se Professor e vinte e cinco anos de contribuição, se Professora.



**Art. 25.** O Professor que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo de Magistério até 16 de dezembro de 1998 e que optar pelas regras de transição para aposentadoria com proventos integrais, deverá ter cumprido as exigências a que refere-se o artigo 24 e:

I - idade mínima de cinqüenta e três anos, se homem, e quarenta e oito anos, se mulher;

II - dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos de exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;

III- terá o seu tempo de contribuição contado até 16 de dezembro de 1998, acrescido de dezessete por cento, se homem, e vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de Magistério.

**Art. 26.** O Professor que ingressar após 16 de dezembro de 1998, deverá ter:

I - trinta anos de contribuição, se Professor, e vinte e cinco anos de contribuição, se Professora;

II - cinqüenta e cinco anos de idade, se Professor, e cinqüenta anos de idade, se Professora;

III - dez anos de efetivo exercício no serviço público; e, cinco anos de exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

### Subseção VI

#### Das Disposições Diversas Relativas à Aposentadoria

**Art. 27.** A aposentadoria por idade é devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

**Art. 28.** No período compreendido entre a data do requerimento da aposentadoria e a decisão pelo Tribunal de Contas, pela legalidade do ato que a concedeu, incumbe ao órgão a que estiver lotado o servidor, a continuidade do pagamento de seu vencimento ou remuneração.

**Art. 29.** Para cálculo dos proventos proporcionais, será considerado um trinta e cinco avos da totalidade dos vencimentos do servidor na véspera da concessão, do benefício, por ano de contribuição, se homem, e um trinta avos, se mulher, no caso de aposentadoria por idade e compulsória.

**Art. 30.** É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos seus dependentes que, até o dia 16 de dezembro de 1998, tenham cumprido aos requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios estabelecidos na Legislação vigente.



§ 1º O servidor que tenha completado as exigências para a aposentadoria integral e que opte em permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no artigo 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal.

§ 2º Os proventos de aposentadoria a serem concedidas aos servidores públicos referidos no "caput" deste artigo, integrais ou proporcionais, bem como as pensões a seus dependentes, serão calculados de acordo com a Legislação em vigor na época em que forem atendidas as prescrições nela estabelecida para a concessão destes benefícios.

§ 3º O benefício é devido a contar do primeiro dia imediato ao recebimento do processo contendo a legalidade do ato que concedeu a aposentadoria, proferida pelo Tribunal de Contas.

**Art. 31.** Os proventos de aposentadoria, calculados pelas regras gerais e de transição, não poderão exceder os vencimentos do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

**Art. 32.** Os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma data e na mesma proporção, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores ativos.

**Parágrafo único.** Será estendida aos aposentados e pensionistas quaisquer vantagens ou benefícios posteriormente concedidos aos servidores ativos, inclusive se decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

**Art. 33.** O tempo de contribuição federal, distrital, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente, para efeito de disponibilidade.

**Art. 34.** A Lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

**Parágrafo único.** Entende-se por tempo fictício:

I - o tempo, contado em dobro, da licença-prêmio por assiduidade não gozada;

II - o tempo contado em dobro do serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra;

III - o acréscimo ao tempo de serviço em atividades perigosas, insalubres ou penosas;

IV - o tempo em que o servidor esteve exonerado, demitido, despedido ou dispensado de seu cargo ou emprego;



V - o tempo em que o servidor esteve aposentado, sem contribuição para qualquer regime de Previdência;

VI - o tempo de serviço prestado pelo trabalhador rural.

**Art. 35.** O tempo de serviço, considerado pela Legislação vigente, para efeito de aposentadoria será contado como tempo de contribuição, conforme disposto no artigo 33 desta Lei.

**Art. 36.** É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria dos servidores abrangidos pelo regime da PREVICAM, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em Lei Complementar.

**Art. 37.** É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta desta Previdência Municipal, ressalvados as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis previsto na Constituição Federal.

**Art. 38.** É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria do regime da PREVICAM, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em Lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º A vedação prevista no "caput" deste artigo, não se aplica aos membros de Poder e aos inativos que, até o dia 16 de dezembro de 1998, tenham ingressados novamente no serviço público por Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhe proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime da PREVICAM, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 do artigo 40 da Constituição Federal.

§ 2º Na hipótese da proibição de percepção de mais de uma aposentadoria prevista no parágrafo anterior, será facultada ao servidor inativo a opção por um dos proventos de aposentadoria.

**Art. 39.** Considera-se tempo de contribuição:

I - aquele prestado à Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional do Município de Campo Mourão;

II - aquele prestado ao Estado, Distrito Federal e a União, inclusive às Forças Armadas neste incluído o Serviço Militar obrigatório e para outros municípios;

III - aquele referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal.



**Art. 40.** A apuração do tempo de serviço será calculado em dias, e convertido em anos considerando-o como 365 dias.

### Subseção VII

#### Da Pensão

**Art. 41.** Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao dos respectivos vencimentos ou provento, a partir da data do óbito, observado o limite estabelecido no artigo 53 da Lei Municipal nº 1.085/97.

**Art. 42.** As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícia e temporária.

§ 1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação da invalidez ou maioridade do beneficiário.

**Art. 43.** São beneficiários das pensões:

I - vitalícia:

a) o cônjuge;

b) a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia;

c) o companheiro ou a companheira que tenha sido designada pelo servidor e comprove que tenha mantido união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o artigo 226, § 3º da Constituição Federal;

d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor;

II - temporária:

a) os filhos, de qualquer condição, ou enteados, com até vinte e um anos de idade, ou se inválidos, enquanto durar a invalidez;

b) o menor sob guarda ou tutela até vinte e um anos de idade;

c) o irmão órfão, menor de vinte e um anos e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor.

**Art. 44.** A prestação será concedida integralmente ao titular da pensão vitalícia, exceto se existirem beneficiários da pensão temporária.



**§ 1º** Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão vitalícia, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados.

**§ 2º** Ocorrendo habilitação das pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada, em partes iguais, entre os titulares de pensão temporária.

**§ 3º** Ocorrendo habilitação somente da pensão temporária, o valor integral da pensão será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

**Art. 45.** A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente e qualquer inscrição ou habilitação posterior, que importe em exclusão ou inclusão de dependente, só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

**Parágrafo único.** O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica.

**Art. 46.** Fará jus à pensão o cônjuge separado de fato que provar a condição de dependência econômica do segurado, bem como o separado judicialmente ou divorciado que recebia pensão alimentícia.

**Art. 47.** A pensão será dividida entre o ex-cônjuge e o atual, se for o caso, ou companheiro, se o primeiro recebia pensão alimentícia, dividindo-se o valor do benefício entre eles.

**Parágrafo único.** Não fará jus à pensão a esposa separada de fato ou de direito que não recebe pensão alimentícia do segurado ou que dele não depende economicamente.

**Art. 48.** A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão somente as prestações exigíveis há mais de cinco anos.

**Parágrafo único.** Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de benefícios ou redução de pensão, só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

**Art. 49.** Não fará jus à pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do servidor.

**Art. 50.** Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

I - declaração de ausência pela autoridade judiciária competente, decorridos, no mínimo, o prazo de seis meses de ausência do servidor ativo ou inativo;

II - desaparecimento, devidamente comprovado, em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;



III - desaparecimento no desempenho das atribuições de cargo ou em missão de segurança.

**Parágrafo único.** A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos cinco anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo se demonstrada má-fé.

**Art. 51.** Acarreta perda de qualidade de beneficiário:

- I - o seu falecimento;
- II - a anulação de casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;
- III - a cessação de invalidez, em se tratando de beneficiário inválido;
- IV - a maioridade de filho ou irmão;
- V - a acumulação de pensão, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;
- VI - a renúncia expressa.

**Art. 52.** Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá:

- I - da pensão vitalícia para os remanescentes desta pensão ou para os titulares da pensão temporária, se não houver pensionista remanescente da pensão vitalícia;
- II - da pensão temporária para os co-beneficiários ou, na falta destes, para o beneficiário de pensão vitalícia.

**Parágrafo único.** Com a extinção da parte do último pensionista a pensão extingui-se-á.

**Art. 53.** As pensões serão automaticamente atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos do servidor, aplicando-se o disposto no parágrafo único do artigo 198, da Lei Municipal nº 1.085/97.

**Art. 54.** Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de pensão, salvo na hipótese de duas pensões originárias de cargos ou empregos públicos legalmente acumuláveis.

**Art. 55.** Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.



### Subseção IX

#### Do Auxílio-Reclusão

**Art. 63.** O auxílio-reclusão será devido nas mesmas condições da pensão por morte aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não estiver em gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria .

**Parágrafo único.** O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.

### Seção IV

#### Da Contagem Recíproca de Tempo de Contribuição

**Art. 64.** Para efeito dos benefícios previstos no Regime de Previdência Social desta Lei, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição, na Administração Pública e na atividade privada urbana e rural, hipótese em que os diferentes sistemas de Previdência Social se compensarão financeiramente.

**Parágrafo único.** A compensação financeira será devida pelos demais sistemas àquele a que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício, na proporção do respectivo tempo de contribuição, na forma estabelecida no Regulamento.

**Art. 65.** O tempo de contribuição de que trata esta Seção será contado, observadas as seguintes normas:

I – não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II – é vedada a contagem de tempo de contribuição público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III – não será contado por um sistema o tempo de contribuição utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro.

**Art. 66.** Quando a soma dos tempos de contribuição do segurado, cumprindo-se a carência exigida, ultrapassar trinta anos, se for do sexo feminino e trinta e cinco anos, se for do sexo masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

**Art. 67.** O benefício resultante de contagem de tempo de contribuição na forma desta Seção será concedido e pago pela Previdência Municipal, calculada na forma desta Lei.



### Seção V

#### Das Disposições Diversas Relativas às Prestações

**Art. 68.** Nenhum benefício ou serviço da Previdência Municipal poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

**Art. 69.** Sem prejuízo do direito ao benefício, prescreve em cinco anos o direito das prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

**Art. 70.** A perda da qualidade de segurado após o preenchimento de todos os requisitos exigíveis para a concessão de aposentadoria ou pensão, não importa em extinção do direito a esses benefícios.

**Art. 71.** O benefício não poderá ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro.

**Art. 72.** Será fornecido ao beneficiário demonstrativo minucioso das importâncias pagas, discriminando o valor do provento ou da pensão, as diferenças eventualmente pagas, com o período a que se referem e os descontos efetuados.

**Art. 73.** O benefício em dinheiro será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, ou ao seu procurador cujo mandato não terá validade superior a seis meses, podendo ser renovado.

**Art. 74.** O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a seis meses, o pagamento ao procurador legalmente constituído.

**Art. 75.** O benefício poderá ser pago mediante depósito na conta bancária em nome do beneficiário.

**Parágrafo único.** Para o pagamento do benefício na forma especificada no "caput" deste artigo, será exigida a autorização do beneficiário, devendo ser renovada a cada três meses.

**Art. 76.** O benefício devido ao dependente menor de idade será pago aos pais ou tutores.

**Art. 77.** O valor não recebido em vida pelo segurado, deverá ser pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da Lei Civil, independentemente de inventário ou arrolamento.



**Art. 78.** A falta de documento não constitui motivo para recusa do recebimento de requerimento de benefícios.

**Art. 79.** A recusa de fornecimento de protocolo ou comprovante de requerimento, sujeita o servidor responsável às penas administrativas cabíveis, além da multa prevista nesta Lei.

**Art. 80.** O Órgão Público Municipal, o Sindicato ou a entidade de aposentado devidamente legalizada, poderá, mediante convênio com a Previdência Municipal, encarregar-se, relativamente do servidor ou associado e respectivos dependentes, de:

I - processar requerimento de benefício, preparando-o e instruindo-o de maneira a ser despachado pela Previdência Municipal;

II - submeter o requerente a exame médico, inclusive complementar, encaminhando à Previdência Municipal o respectivo laudo para efeito de homologação e concessão de benefício que dependa de avaliação de incapacidade;

III - pagar o benefício;

IV - preencher documento de cadastro a ser autenticado pela Previdência Municipal;

V - prestar outros serviços à Previdência Municipal.

**Art. 81.** O convênio mencionado no "caput" do artigo anterior poderá dispor sobre o reembolso das despesas do Órgão Público Municipal, do Sindicato ou da entidade de aposentado devidamente legalizada, correspondente aos serviços previstos nos incisos II a V do artigo anterior, ajustado por valor global conforme o número de servidores ou de associados, mediante dedução do valor das contribuições previdenciárias a serem recolhidas pelo órgão.

**Art. 82.** O segurado em gozo de benefício por incapacidade e o pensionista inválido ficam obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se aos exames médicos à cargo da Previdência Municipal, a cada seis meses.

**Parágrafo único.** A norma contida no "caput" deste artigo não se aplicará ao aposentado por invalidez e ao pensionista inválido a partir dos cinquenta e cinco anos de idade.

**Art. 83.** Serão descontos obrigatórios dos benefícios ou proventos:

I - contribuição à Previdência Municipal;

II - Imposto de Renda Retido na Fonte;

III - pensão alimentícia, mediante determinação judicial;

IV - reposições ou indenizações ao erário.



**Parágrafo único.** São descontos facultativos e que dependerão de autorização do servidor inativo ou pensionista os seguintes:

- I - contribuição ao Sindicato de classe;
- II - mensalidade da Associação dos Servidores;
- III - aqueles oriundos de convênios firmados pelo Sindicato ou pela Associação de Servidores;
- IV - destinados à Cooperativa de Consumo dos Servidores;
- V - relativos aos impostos, taxas ou contribuição de melhoria;
- VI - empréstimo junto a instituições financeiras.

### TÍTULO III

#### DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

##### Capítulo I

##### DAS FONTES DE CUSTEIO

##### Seção I

##### Contribuição do Segurado

**Art. 84.** A contribuição do segurado servidor público é calculada mediante a aplicação da alíquota sobre o salário contribuição dos servidores ativos, dez vírgula cinco por cento.

##### Seção II

##### Contribuição da Administração Direta, Autarquias e Fundações

**Art. 85.** A contribuição a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundações e Autarquias do Município de Campo Mourão, destinada à PREVICAM, é de quatorze por cento sobre o salário de contribuição dos servidores ativos.

**§ 1º** Os órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações deverão ajustar os seus planos de benefícios e custeio sempre que excederem no exercício os limites previstos no "caput" deste artigo a fim de retornarem a esses limites no exercício financeiro subsequente.

**§ 2º** O Município compromete-se em saldar suas pendências providenciárias junto à PREVICAM em até 240 (duzentos e quarenta) meses.



§ 3º A diferença entre 11% (onze por cento) e 14% (quatorze por cento) de contribuição dos servidores ativos e do Município, respectivamente, será contabilizada na amortização da dívida do Município com a PREVISCAM.

§ 4º O Município fica obrigado a apresentar no prazo de seis meses, proposta de quitação da dívida, podendo incluir nesta a cessão de patrimônio público à PREVISCAM.

**Art. 86.** Fica vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para concessão de benefícios previdenciários entre Estado e o Município e entre municípios.

## Capítulo II

### DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

**Art. 87.** Para os efeitos desta Lei, entende-se por salário de contribuição:

- I - o vencimento do cargo, acrescido dos adicionais por tempo de serviço;
- II - o salário-maternidade;
- III - a gratificação natalina;
- IV - o valor total das diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração.

**Parágrafo único.** Não integram o salário de contribuição:

- I - as cotas do salário-família recebidos nos termos da Lei;
- II - o adicional de férias;
- III - a importância recebida por férias indenizadas;
- IV - as diárias de viagens que não excedam a cinquenta por cento da remuneração.

## Capítulo III

### DA ARRECADAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

**Art. 88.** A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à PREVISCAM obedecem às seguintes normas:

I - Os Poderes Municipais, Fundações e Autarquias são obrigados a:

a) arrecadar as contribuições dos servidores públicos, descontando-as da respectiva remuneração;



b) recolher o produto arrecadado na forma da alínea anterior, juntamente com as contribuições a seu cargo incidentes sobre as remunerações pagas ou creditadas aos servidores públicos, descontando desse total os benefícios constante na alínea "e" do inciso I, artigo 9º desta Lei;

c) preparar folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados à seu serviço, anotando nelas todos os descontos efetuados;

d) lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e os totais recolhidos;

e) prestar à Previdência Municipal todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse da mesma e por ela estabelecida.

**Art. 89.** Compete à PREVICAM arrecadar e fiscalizar a arrecadação e os recolhimentos das contribuições e demais receitas previstas nesta Lei, bem como promover a respectiva cobrança e aplicar as sanções previstas.

**Art. 90.** As contribuições devidas à PREVICAM e outras importâncias não recolhidas em época própria, terão seu valor atualizado pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC ou na falta deste, pelo sistema de correção correspondente, em caráter irrelevável, até a data do pagamento.

**Parágrafo único.** A atualização monetária referida no "caput" deste artigo será cobrado por dia de atraso.

**Art. 91.** A contribuição arrecadada e o pagamento dos encargos da Previdência Municipal são realizados através da rede bancária.

**Parágrafo único.** Os recursos financeiros da PREVICAM serão movimentados em instituições financeiras estatais ou em bancos oficiais, cujo controle acionário pertencem à União ou ao Estado do Paraná com agência em Campo Mourão.

#### Capítulo IV

#### DO ORÇAMENTO

**Art. 92.** A PREVICAM terá orçamento próprio, que obedecerá aos padrões e normas instituídas pela Lei nº 4.320/64 e Legislação Complementar.

**Art. 93.** As propostas orçamentárias deverão ser submetidas ao Prefeito Municipal, cuja aprovação deverá ser ultimada até o dia trinta de setembro.



**Art. 94.** As insuficiências ou omissões de dotação no orçamento poderão ser supridas através de Créditos Adicionais, abertos por Decreto através do Poder Executivo, mediante proposição da PREVISCAM.

## Capítulo V

### BALANÇO E DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

**Art. 95.** A escrituração das contas de cada exercício deverá ser encerrada até 31 de dezembro de cada exercício, compreendendo as despesas empenhadas até esta data, procedendo-se então, a apuração do respectivo resultado e o levantamento do Balanço Geral da PREVISCAM.

**Art. 96.** A PREVISCAM enviará anualmente ao Poder Executivo, até o último dia do mês de março, o relatório de suas atividades, as prestações de contas e o Balanço Geral do exercício anterior, para que seja enviado ao Tribunal de Contas do Estado para exame e parecer.

§ 1º O Balancetes serão publicados no Órgão Oficial do Município.

§ 2º Os Balancetes mensais serão remetidos ao Prefeito até o último dia do mês subsequente.

**Art. 97.** A PREVISCAM em conjunto com o Município publicará no Órgão Oficial do Município, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciária e acumulada do exercício financeiro em curso, onde será informado:

- I - os valores das contribuições dos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta;
- II - os valores das contribuições dos servidores públicos ativos;
- III - os valores das contribuições dos servidores públicos inativos e pensionistas;
- IV - o valor da despesa total com pessoal ativo;
- V - os valores da despesas com pessoal inativo e pensionistas;
- VI - o valor da receita corrente líquida dos Órgãos da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações;
- VII - os valores de quaisquer outros itens consideradas para efeito do cálculo das despesas líquidas.

§ 1º Como despesa líquida entende-se a diferença entre a despesa total com o pessoal inativo e pensionistas da PREVISCAM e a contribuição dos respectivos segurados.



§ 2º Antes de proceder quaisquer revisões, reajustes ou adequações de proventos e pensões que impliquem no aumento de despesas, os órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional deverão regularizar a situação sempre que o demonstrativo de que trata o "caput" deste artigo, no que se refere à despesa acumulada até o bimestre, indicar o não cumprimento aos limites fixados, previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como as suas alterações.

**Art. 98.** A PREVICAM manterá atualizado o registro contábil individualizado das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, conforme disposto em regulamento.

**Art. 99.** A PREVICAM deverá organizar-se com base em normas gerais de contabilidade e atuária, a fim de garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

**Art. 100.** As avaliações atuariais e auditoriais contábeis deverão ser realizadas anualmente por empresa independentemente e legalmente habilitada, estando disponíveis para conhecimento e acompanhamento por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social até 31 de março do ano subsequente.

**Parágrafo único.** O balanço anual com pareceres de atuária e de auditoria contábil deverá ser publicado anualmente no Órgão Oficial do Município de acordo com os incisos I a VII do artigo 97 desta Lei.

## Capítulo VI

### APLICAÇÃO DAS RESERVAS

**Art. 101.** A aplicação das reservas da PREVICAM tem por finalidade garantir uma renda destinada a suplementar o custeio do plano de benefícios assegurados por esta Lei.

**Art. 102.** A aplicação das reservas se dará tendo em vista, a segurança quanto a recuperação ou conservação do valor real em poder aquisitivo, do capital investido, bem como o recebimento dos juros previstos para as aplicações da renda fixa.

**Art. 103.** Para alcançar os objetivos citados no artigo anterior, a PREVICAM poderá realizar as seguintes operações destinadas principalmente a produzir renda e formar patrimônio:

- I - aquisição de Título da Dívida Pública;
- II - aquisição de ações de empresas estatais ou de sociedades de economia mista;



- III - aplicação em fundos de Entidades Oficiais de Financiamento;
- IV - construção ou aquisição de imóveis para uso próprio.

**Art. 104.** As importâncias arrecadadas pela PREVICAM são de sua propriedade e em nenhuma hipótese poderão ter aplicação diferente da estabelecida no artigo anterior, sendo nulos de pleno direito os atos que violarem este preceito.

**Art. 105.** Enquanto não aplicadas, as disponibilidades da PREVICAM permanecerão depositadas em instituições bancárias oficiais, com agências no Município de Campo Mourão.

## TÍTULO IV

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREVICAM

#### Capítulo I

#### ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

**Art. 106.** A Estrutura Organizacional da Previdência Municipal compreende:

- I - Superintendência;
- II - Conselho de Administração;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Departamento Administrativo e Financeiro;
- V - Departamento Jurídico.

**Parágrafo único.** Os Órgãos de menor nível hierárquicos serão criados através de Decreto pelo Prefeito Municipal.

#### Capítulo II

### DA COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

#### Seção I

#### Do Conselho de Administração

**Art. 107.** O Conselho de Administração da PREVICAM, órgão colegiado de direção superior, compõe-se dos seguintes membros:

- I - um representante dos inativos, que seja servidor aposentado e indicado pela organização dos aposentados e pensionistas;
- II - o Superintendente da PREVICAM;



III - um representante da Associação dos Servidores Públicos Municipais, que seja servidor de carreira;

IV - um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

V - um representante dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores;

VI - um representante do Governo Municipal de Campo Mourão.

## Seção II

### Do Conselho Fiscal

**Art. 108.** O Conselho Fiscal da PREVISCAM, órgão colegiado de direção superior, compõe-se dos seguintes membros:

I - um representante dos inativos, que seja servidor aposentado e indicado pela organização dos aposentados e pensionistas;

II - o Superintendente da PREVISCAM, como Secretário Executivo;

III - um representante da Associação dos Servidores Públicos Municipais, que seja servidor de carreira;

IV - um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

V - um representante dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores;

VI - um representante do Governo Municipal de Campo Mourão.

## Seção III

### Das Disposições Relativas aos Conselhos

**Art. 109.** A participação dos membros dos Conselhos não será remunerada e constituirá serviço público relevante.

**Art. 110.** O Superintendente da PREVISCAM é membro nato, e os demais serão indicados em lista triplíce e nomeados pelo Prefeito Municipal, para mandato de três anos, permitida uma recondução.

**Parágrafo único.** Os Presidentes dos Conselhos e os Secretários Executivos, serão eleitos entre os membros de cada Conselho.

**Art. 111.** Os Conselhos se reunirão, tantas vezes quantas forem necessárias mediante convocação do seu Presidente.



**Art. 112.** As reuniões dos Conselhos serão marcadas com antecedência, a fim de permitir a compatibilização de data e horário de seus membros.

**Art. 113.** Os processos submetidos à deliberação dos Conselhos, deverão vir instruídos adequadamente, de forma a permitir análise de ordem legal, técnica, econômico-financeira e administrativa.

**Art. 114.** Os Conselhos funcionarão com a presença de pelo menos quatro membros, sendo suas deliberações decididas pela maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

**Art. 115.** As deliberações dos Conselhos serão assinadas pelo seu Presidente.

**Art. 116.** Serão publicadas no Órgão do Município, as deliberações do Conselho de Administração que contiverem decisões destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

**Art. 117.** As atribuições e competências dos respectivos Conselhos serão estabelecidas em Regulamento.

#### Seção IV

##### Do Superintendente

**Art. 118.** O Superintendente será nomeado, em comissão, pelo Prefeito.

**Art. 119.** Ao Superintendente compete:

I - dirigir, orientar, controlar e coordenar as atividades da PREVISCAM;

II - representar a Previdência Municipal, pessoalmente ou por delegação expressa, para assinar atos pertinentes a esta representação, bem como representá-la em juízo;

III - praticar os atos relativos a pessoal, nos termos da Legislação em vigor;

IV - fazer indicações ao Secretário da Fazenda e Administração do Município para provimento de cargos em comissão no âmbito da PREVISCAM;

V - encaminhar anualmente ao Tribunal de Contas, a prestação de contas de sua gestão, obedecendo a Legislação específica em vigor;

VI - autorizar a abertura de processo de licitação, bem como dispensar ou inexigir licitações nos casos previstos em Lei e homologar seus resultados;



**VII - assinar Portarias sobre a organização interna da PREVISCAM, não envolvidas por atos normativos superiores e sobre a aplicação de Leis, Decretos, Resoluções ou outros atos que afetem à PREVISCAM;**

**VIII - nomear, exonerar e demitir servidores efetivos;**

**IX - cumprir e fazer cumprir as decisões dos Conselhos, bem como as Leis e Regulamentos pertinentes à PREVISCAM;**

**X - avocar as atribuições exercidas por qualquer subordinado;**

**XI - desempenhar outras atividades compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário da Fazenda e Administração do Município.**

**Parágrafo único.** O Superintendente, em suas ausências e impedimentos legais e eventuais, será substituído por um servidor por ele designado.

### **Seção V**

#### **Das Atribuições dos Órgãos dos Níveis de Assessoramento e de Execução**

**Art. 120.** Para dar assessoramento à Previdência Municipal, ficam criados os cargos em comissão constante no Anexo I desta Lei.

**Art. 121.** As atribuições de competências e dos órgãos dos níveis de Assessoramento, Execução e de Chefia, serão detalhadas no Regimento Interno da PREVISCAM.

### **Capítulo III**

#### **DO QUADRO DE PESSOAL**

**Art. 122.** A PREVISCAM terá quadro próprio de servidores, cujos direitos, deveres e regime jurídico, serão regidos por normas ditadas pelas Leis Municipais nºs 1.009/96 e 1.085/97, bem como as suas alterações.

**Art. 123.** O quadro de servidores da PREVISCAM foi organizado de acordo com as Diretrizes da Lei Municipal nº 1.009/96, com os seguintes anexos:

**I - Cargos de Provimento em Comissão;**

**II - Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais Administrativo, Operacional e Técnico/Profissional;**

**III - Tabela de vencimentos dos cargos em comissão e funções gratificadas.**

**Art. 124.** O Superintendente, por necessidade administrativa e de acordo com a legislação específica, poderá solicitar que servidores municipais sejam colocados à disposição da Autarquia, mediante pedido formulado ao Prefeito.



## TÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 125.** A infração de qualquer dispositivo desta Lei, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita o responsável, conforme a gravidade da infração, à multa variável de um a cem vezes o menor salário de contribuição.

§ 1º Da decisão que aplicar multa cabe recurso no prazo de quinze dias.

§ 2º A autoridade que reduz ou releva multa deve recorrer de seu ato para a autoridade hierarquicamente superior, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Os dirigentes da PREVISCAM, bem como os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, respondem diretamente por infrações sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa pecuniária;

III – inabilitação temporária para o exercício do cargo de chefia ou de membro dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

**Art. 126.** A responsabilidade pela infração é imputável a quem lhe der causa ou para ela concorrer.

§ 1º Responde solidariamente com o infrator todo aquele que, de qualquer modo, concorrer para a prática da infração.

§ 2º As penalidades previstas no § 3º, do artigo 125, serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, com base na Legislação vigente, na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 1.085/97.

§ 3º As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenham como base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, em que assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 127.** Os orçamentos dos órgãos da Administração Direta e das Entidades da Administração Pública Indireta devem consignar as dotações necessárias ao pagamento das contribuições da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão, de modo a assegurar a sua regular liquidação dentro do exercício.



**Art. 128.** Não serão restituídas contribuições, salvo na hipótese de recolhimento indevido, e nem será permitido ao beneficiário a antecipação de seu pagamento para efeito de recebimento de benefícios.

**Parágrafo único.** Na hipótese de recolhimento indevido, as contribuições serão restituídas e atualizadas monetariamente.

**Art. 129.** Constitui crime:

I - de apropriação indébita, a falta de recolhimento na época própria, de contribuição ou outra importância devida à Previdência Municipal e arrecadada dos segurados, punível na forma da Lei Penal, considerando-se pessoalmente responsável o dirigente de Órgão ou entidade da Administração Municipal,

II - de falsidade ideológica, inserir ou fazer inserir:

a) na folha de pagamento pessoa que não possuir a qualidade de servidor público;

b) na identidade funcional do servidor e em documentos que deva produzir efeito perante a Previdência Municipal, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita.

III - de estelionato:

a) receber ou tentar receber indevidamente benefício da PREVICAM;

b) praticar ato que acarrete prejuízo à entidade da Previdência Municipal, para usufruir vantagem ilícita;

c) emitir e apresentar, para pagamento pela Previdência Municipal, faturas de serviço não prestado ou mercadoria não entregue.

**Art. 130.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias.

**Art. 131.** Os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, darão livre acesso à PREVICAM, podendo inspecionar livros, notas técnicas e documentos, estando o infrator sujeito às penas previstas na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 e alterações posteriores, por quaisquer dificuldades opostas à consecução do objetivo.

**Art. 132.** No caso da extinção do Regime Próprio de Previdência Social, o Município assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do Regime Próprio de Previdência Social."



**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2002.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, e alterações posteriores.


**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**  
Campo Mourão, 31 de dezembro de 2001



**Tauillo Tezelli**  
**Prefeito Municipal**



**Robervani Pierin do Prado**  
**Procurador-Geral**



**José Eugênio Maciel**  
**Superintendente da PREVISCAM**



**ANEXO I - QUADRO DE PESSOAL**

**PARTE PERMANENTE**

**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO
1	Superintendente	CC-1
2	Assessor I	CC-3



**ANEXO II - QUADRO DE PESSOAL**

**PARTE PERMANENTE**

**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO MANTIDOS OU CRIADOS  
GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO**

<b>NÚMERO DE VAGAS</b>	<b>DENOMINAÇÃO DO CARGO</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>REQUISITOS PARA PROVIMENTO</b>
4	<b>AGENTE ADMINISTRATIVO</b>	S-X-1	2º grau, experiência comprovada de um ano em serviços administrativos, com prática em digitação e datilografia.
4	<b>ASSISTENTE ADMINISTRATIVO</b>	S-XII-1	2º grau, experiência comprovada de dois anos em serviços administrativos, com prática em datilografia, digitação e cálculos.
1	<b>CONTÍNUO</b>	S-I-1	1º grau incompleto, no mínimo 5ª série concluída
2	<b>ESCRITURÁRIO</b>	S-VI-1	1º grau, com prática em datilografia e digitação.
2	<b>OFICIAL ADMINISTRATIVO</b>	S-XIII-1	2º grau, experiência comprovada de três anos na área administrativa, com prática em digitação, datilografia e cálculos.



**ANEXO III - QUADRO DE PESSOAL**

**PARTE PERMANENTE**

**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO MANTIDOS OU CRIADOS  
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL**

<b>NÚMERO DE VAGAS</b>	<b>DENOMINAÇÃO DO CARGO</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>REQUISITOS PARA PROVIMENTO</b>
2	<b>AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</b>	S-I-1	Alfabetizado
3	<b>VIGIA</b>	S-III-1	Alfabetizado



**ANEXO IV - QUADRO DE PESSOAL**

**PARTE PERMANENTE**

**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO MANTIDOS OU CRIADOS  
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO/PROFISSIONAL**

<b>NÚMERO DE VAGAS</b>	<b>DENOMINAÇÃO DO CARGO</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>REQUISITOS PARA PROVIMENTO</b>
1	ADMINISTRADOR	S-XVII-1	Curso superior em Administração de Empresas ou Pública, com registro no Conselho Regional de Administração - CRA.
1	CONTADOR	S-XVII-1	Curso superior em Ciências Contábeis, com registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.
1	DIGITADOR	S-VIII-1	2º grau, com experiência comprovada de um ano e conhecimento dos sistemas MS-DOS/WORDSTAR / WINDOWS / WORD FOR WINDOWS.
1	ECONOMISTA	S-XVII-1	Curso superior em Ciências Econômicas, com registro no Conselho Regional de Economia - CRE.
1	PROCURADOR JURÍDICO	S-XVII-1	Curso superior em Direito, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.
1	PROGRAMADOR	S-XIV-1	2º grau, curso específico de Programação de Computação e experiência comprovada de dois anos na área.
1	TÉCNICO DE CONTABILIDADE	S-XIV-1	2º grau de Técnico em Contabilidade e registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.



**ANEXO V – VENCIMENTOS DOS CARGOS  
DE PROVIMENTO EM COMISSÃO  
E VALORES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS**

a) Cargos em Comissão:

SÍMBOLO	VALOR
CC-1	R\$ 1.567,36
CC-3	R\$ 841,68
CC-4	R\$ 682,20
CC-5	R\$ 522,74

b) Funções Gratificadas:

SÍMBOLO	VALOR
FG-1	R\$ 185,89
FG-2	R\$ 111,54

Mês de referência: dezembro/2001



Campo Mourão - Cidade Escola

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

CONFERE COM O ORIGINAL

DATA 23/05/04

ASS.: Adriana B. Araújo

Adriana Borges de Araújo  
Chefe da Divisão de Editoração,  
Contratos e Convênios

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO Nº 889/2004

DE 31/12/2004

**LEI Nº 1902**

De 30 de dezembro de 2004

A Lei nº 1.419, de 31 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações.

O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** A Lei nº 1.419, de 31 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 9º** O regime da PREVICAM compreende as seguintes prestações:

**Parágrafo único.** O salário-família e o auxílio-reclusão serão pagos ao servidor de baixa renda, nos moldes previstos na legislação federal pertinente.

**Art. 10.** Período de carência é o tempo correspondente ao número de contribuições mensais indispensáveis para que o segurado faça jus à aposentadoria, exceto por invalidez e compulsória.

**§ 1º** O servidor público ocupante de cargo efetivo que ingressou na Administração Pública a partir de 16 de dezembro de 1998 somente terá direito à aposentadoria voluntária, após ter cumprido tempo mínimo de 10 (dez) anos no serviço público e pelo menos 05 (cinco) anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

**§ 2º** O servidor que ingressou na Administração Pública até o dia 15 de dezembro de 1.998, terá direito à aposentadoria voluntária, após ter cumprido tempo mínimo de 05 (cinco) anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

**Art. 11.** O período de carência é contado a partir da data de filiação do segurado ao regime da PREVICAM.

**Art. 12.** A aposentadoria por invalidez é devida ao segurado, que, estando ou não em gozo de licença para tratamento de saúde é considerado incapaz e insusceptível de readaptação para o exercício de atividade que lhe garanta subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto nesta condição.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ**

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140  
TEL. (44) 518-1144 - FAX (44) 518-1182 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06  
suprimentos@campomourao.pr.gov.br  
www.campomourao.pr.gov.br



§ 1º A concessão da aposentadoria por invalidez depende da verificação da condição de incapacidade laborativa mediante exame médico pericial a cargo da junta médica oficial.

§ 2º O benefício é devido a contar do dia imediato à decisão pelo Tribunal de Contas, da legalidade do ato que concedeu a aposentadoria.

§ 3º Concluída a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, na forma do artigo 214 da Lei 1.085, de 30 de dezembro de 1997, ou em caso de doença que imponha segregação compulsória, a aposentadoria por invalidez será deferida ao segurado, produzindo efeito a contar da data imediata à decisão do Tribunal de Contas da legalidade do ato aposentadoria.

§ 4º Durante o afastamento da atividade por motivo de licença para tratamento de saúde, cabe ao órgão público, continuar pagando ao segurado os seus vencimentos, observado o contido no parágrafo único, do artigo 212, da Lei 1085/97, alterada pela Lei 1834/2004.

§ 5º O período compreendido entre a data da cessação da licença para tratamento de saúde, do laudo da perícia médica que concluiu pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, ou da data da segregação compulsória com a decisão pelo Tribunal de Contas, da legalidade do ato que concedeu a aposentadoria, será considerado como licença ou prorrogação da licença para tratamento de saúde.

**Art. 13.** O valor da aposentadoria por invalidez será integral nos casos de acidente em serviço, moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcional ao tempo de contribuição nos demais casos.

§ 1º Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço do órgão público, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporariamente.

§ 2º Os órgãos públicos do Município são responsáveis pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde de seus servidores, devendo informar ainda sobre os riscos da operação, execução e do produto a manipular.

**Art. 14.** Para fins de cálculo do valor do provento, na aposentadoria por invalidez, são consideradas doenças graves, contagiosas ou incuráveis: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira total adquirida no serviço, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, esclerose múltipla, Doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
DATA 23/05/04  
ASS.: Adriana B. Araújo

Adriana Borges de Araújo  
Chefe da Divisão de Editoração,  
Contratos e Convênios

nefropatia grave, estado avançado de Page, Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida e contaminação por radiação, com base em laudo pericial da medicina especializada.

**Parágrafo único.** A PREVISCAM poderá incluir outras doenças que a Lei indicar, com base na medicina especializada.

**Art. 15.** A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao regime da PREVISCAM não lhe confere direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevem por motivo de progressão ou agravamento desta doença ou lesão.

.....

**Art. 84.** A contribuição do segurado servidor público é calculada mediante a aplicação da alíquota de 11(onze) por cento, sobre o salário contribuição dos servidores ativos.

**Parágrafo único.** Os servidores inativos e os pensionistas contribuirão para o custeio da PREVISCAM, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos, e incidirá sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere ao limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal.

**85.** A contribuição a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundações e Autarquias do Município de Campo Mourão, destinada à PREVISCAM, é de 16,21% (dezesesseis vírgula vinte e um por cento) sobre o salário de contribuição dos servidores ativos.

.....

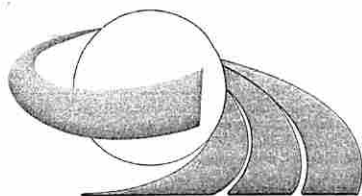
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"  
Campo Mourão, 30 de dezembro de 2004

Tauillo Tezelli  
Prefeito Municipal

Robervani Pierin do Prado  
Procurador-Geral

José Eugênio Maciel  
Superintendente da PREVISCAM



# Campo Mourão

Cidade Escola

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

CONFERE COM O ORIGINAL

DATA 23 / 05 / 07

ASS.: *Adriana Borges*

*Adriana Borges*  
Adriana Borges de Araújo  
Chefe de Divisão de Editoração,  
Contratos e Convênios

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO Nº 982/2006

DE 24/03/2006

## LEI Nº 2038

De 23 de março de 2006

Altera dispositivos da Lei nº 1.419, de 31 de dezembro de 2001, que "Dá nova redação à Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, que" Dispõe sobre a organização da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão - PREVISCAM, instituindo Plano de Custeio e de Benefícios, e outras providências correlatas."

O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

### LEI:

**Art. 1º** A Lei nº 1.419, de 31 de dezembro de 2001, em seu artigo 85, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**"Art. 85.** A contribuição a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundações, Autarquias do Município de Campo Mourão, destinada à PREVISCAM, é de 17,82 % (dezesete vírgula oitenta e dois por cento) sobre o salário de contribuição dos servidores ativos."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 1º de março de 2006.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"

Campo Mourão, 23 de março de 2006

*Nelson José Tureck*  
Nelson José Tureck  
Prefeito Municipal

*Cezar Augusto Ferreira*  
Cezar Augusto Ferreira  
Procurador-Geral

*Altair Casarin*  
Altair Casarin  
Superintendente da PREVISCAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87.301-140  
TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1554 - CNPJ MF nº 75.904.524/0001-06  
www.campomourao.pr.gov.br



# Campo Mourão

Cidade Escola



PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO Nº 1043/2006

DE 15/12/2006

## LEI Nº 2162

De 12 de novembro de 2006

Altera os dispositivos do artigo 85 da Lei nº 1.419, de 31 de dezembro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte alteração.

O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

### LEI:

**Art. 1º** A Lei nº 1.419, de 31 de dezembro de 2001, em seu artigo 85, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 85.** A contribuição a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundações, Autarquias do Município de Campo Mourão, destinada a PREVICAM, é de 18,12 % (dezoito virgula doze por cento) sobre o salário de contribuição dos servidores ativos”.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 01 de outubro de 2006, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”  
Campo Mourão, 12 de dezembro de 2006

Nelson José Tureck  
Prefeito Municipal

José Luiz Gurgel  
Procurador-Geral

José Gilberto de Souza  
Superintendente da PREVICAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

CONFERE COM O ORIGINAL

DATA 23 / 05 / 07

ASS.:

Adriana Borges de Araújo

Chefe da Divisão de Escrevãdo,  
Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL, 420 - CEP 87301-140  
TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ MF nº 75904524/0001-06  
www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br

## **RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.244 DE 28 DE OUTUBRO DE 2004**

*Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.*

*O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessão realizada em 28 de outubro de 2004, com base no art. 6º, inciso IV, da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, e tendo em vista o disposto no art. 1º, parágrafo único, da referida Lei 9.717, de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória 2.187-13, de 24 de agosto de 2001,*

RESOLVEU:

Art. 1º Estabelecer que os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios nos termos da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta resolução, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

Parágrafo único. Na hipótese de constituição de fundos com finalidade previdenciária, nos termos previstos no art. 6º da Lei 9.717, de 1998, os recursos dos referidos fundos também devem ser aplicados com observância das disposições desta resolução.

Art. 2º Observadas as limitações e demais condições estabelecidas nesta resolução, os recursos em moeda corrente dos regimes próprios de previdência social devem ser alocados em quaisquer dos seguintes segmentos de aplicação:

- I - segmento de renda fixa;
- II - segmento de renda variável;
- III - segmento de imóveis.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, consideram-se recursos em moeda corrente as contribuições dos patrocinadores, dos segurados civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas, os

resgates das aplicações financeiras e os aportes de qualquer natureza em espécie, bem como os recursos provenientes das alienações de patrimônio vinculado ao regime próprio de previdência social na forma de bens, direitos ou ativos de qualquer natureza.

Art. 3º No segmento de renda fixa, os recursos em moeda corrente dos regimes próprios de previdência social devem ser aplicados, isolada ou cumulativamente:

I - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil;

II - até 80% (oitenta por cento) em:

a) quotas de fundos de investimento referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa;

b) quotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente, de forma direta ou indireta, por:

1. títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil;

2. certificados de depósito bancário, letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário de emissão de instituição financeira, desde que considerada, pela instituição administradora ou gestora da carteira do fundo, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito, observado o máximo de 30% (trinta por cento) da carteira do fundo;

c) quotas de fundos de curto prazo, observado o máximo de 20% (vinte por cento) dos recursos em moeda corrente do regime próprio de previdência social;

III - até 20% (vinte por cento) em depósitos de poupança em instituição financeira, desde que considerada, pelos responsáveis pela gestão dos recursos do regime próprio de previdência social, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito;

IV - até 15% (quinze por cento) em quotas de fundos de investimento de renda fixa, desde que considerados, pelos responsáveis pela gestão dos recursos do regime próprio de previdência social, com

base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

§ 1º As aplicações em quotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil podem ser computadas para efeito do limite estabelecido no caput, inciso I.

§ 2º A aplicação de recursos do regime próprio de previdência social nos títulos e ativos financeiros referidos no caput, incisos II, alínea "b", item 2, e III, fica igualmente condicionada a que a instituição emissora ou coobrigada não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado.

§ 3º As aplicações em quaisquer títulos ou valores mobiliários de emissão de uma mesma pessoa jurídica - instituição financeira ou não -, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não podem exceder, no seu conjunto, 20% (vinte por cento) dos recursos em moeda corrente do regime próprio de previdência social, aí computados não só os objeto de compra definitiva, mas também aqueles integrantes das carteiras dos fundos de investimento dos quais o regime participar, na proporção das respectivas participações.

§ 4º O limite estabelecido no § 3º não se aplica aos títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil.

§ 5º O somatório das aplicações em títulos e ativos financeiros que não os de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, por intermédio de fundos de investimento, fica limitado a 40% (quarenta por cento) dos recursos do regime próprio de previdência social.

Art. 4º No segmento de renda variável, os recursos em moeda corrente dos regimes próprios de previdência social devem ser aplicados, observado o limite de 20% (vinte por cento), exclusivamente em quotas de fundos de investimento referenciados em índices do mercado de ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto.

Art. 5º No segmento de imóveis, as aplicações dos regimes próprios de previdência social devem ser efetuadas exclusivamente em quotas de fundos de investimento imobiliário.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, admite-se a integralização de quotas de fundos de investimento imobiliário exclusivamente com terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social.

Art. 6º Para fins do disposto nesta resolução, a atividade de gestão da aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social deve ser desempenhada de acordo com uma das seguintes formas:

I - gestão própria, quando a aplicação dos recursos for realizada pela própria entidade gestora do regime próprio de previdência social;

II - gestão por entidades credenciadas, quando a aplicação dos recursos for realizada por instituição(ões) financeira(s) ou outra(s) instituição(ões) autorizada(s) a funcionar pelo Banco Central do Brasil, autorizada(s) pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira, nos termos do art. 23 da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976 - instituição(ões) administradora(s) - , selecionada(s) mediante processo de credenciamento que deve levar em consideração, como critérios mínimos, a solidez patrimonial, o volume de recursos administrados e a experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros;

III - gestão mista, quando a aplicação dos recursos for realizada, parte pela entidade gestora do regime próprio de previdência social e parte por instituição(ões) financeiras(s) selecionada(s) mediante processo de credenciamento, observados os mesmos critérios definidos no inciso II.

§ 1º A exigência de seleção de instituição(ões) administradora(s) nos termos do caput, incisos II e III, não é necessária na hipótese de aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, por intermédio da(s) mesma(s), nos títulos referidos no art. 3º, inciso I.

§ 2º O valor das quotas de um mesmo fundo de investimento detidas por um mesmo regime próprio de previdência social não pode representar mais que 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do fundo.

§ 3º A instituição administradora deve apresentar ao regime próprio de previdência social, no mínimo mensalmente, relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações.

§ 4º Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem realizar, no mínimo semestralmente, avaliação do desempenho das aplicações a cargo da(s) instituição(ões) administradora(s), podendo rescindir o correspondente contrato de administração quando verificada performance insatisfatória por dois períodos consecutivos, conforme critérios estabelecidos no próprio contrato.

§ 5º Os documentos referidos nos §§ 3º e 4º devem ser mantidos pelos responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social à disposição do Ministério da Previdência Social.

§ 6º No âmbito do regime próprio de previdência social podem ser constituídos, formalmente, comitês de investimento com o objetivo de tomar as decisões de aplicações dos recursos do regime, hipótese em que devem ser lavradas atas dessas decisões.

Art. 7º Os títulos e valores mobiliários integrantes dos diversos segmentos de aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil e/ou mantidos em conta de depósito em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 8º É permitida a utilização dos recursos dos regimes próprios de previdência social em gastos com a manutenção de bens móveis e imóveis a eles vinculados, até o limite anual de 2% (dois por cento) do valor total da carteira de imóveis e desde que atendam ao objetivo de capitalização dos referidos regimes, mediante operações de aluguel, de renda e de alienação.

Art. 9º Os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser discriminados, controlados e contabilizados de forma individualizada, devidamente segregados daqueles do ente patrocinador.

§ 1º Os recursos, quando em espécie, devem permanecer obrigatoriamente depositados em instituições financeiras bancárias.

§ 2º Fica o Ministério da Previdência Social incumbido de baixar normas acerca dos procedimentos relacionados com as disposições estabelecidas neste artigo.

Art. 10. Os responsáveis pela gestão dos regimes próprios de previdência social devem elaborar relatórios trimestrais das operações de aquisição e de venda dos títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos referidos no art. 2º, com o objetivo de documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Parágrafo único. Os relatórios referidos no caput, acompanhados da documentação correspondente às operações por eles abrangidas, devem ser mantidos pelo regime próprio de previdência social à disposição do Ministério da Previdência Social.

Art. 11. Os excessos correspondentes aos títulos, valores mobiliários e demais ativos financeiros ou modalidades operacionais cujos percentuais, na data da entrada em vigor desta resolução, revelem-se superiores aos limites de aplicações ora estabelecidos devem ser eliminados à medida que liquidadas as operações ou ingressados recursos nos regimes próprios de previdência social, os quais ficam impedidos de renovar ou contratar novas operações que onerem os referidos percentuais, até o seu efetivo enquadramento.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às ações ou quotas de sociedades que tenham sido vinculadas ao regime próprio de previdência social;

II - aos bens imóveis que já integrem o patrimônio e àqueles que venham a ser vinculados por lei ao regime próprio de previdência social.

§ 2º Os regimes próprios de previdência social que possuam em suas carteiras, na data da entrada em vigor desta resolução, aplicações em títulos, valores mobiliários e demais ativos financeiros ou modalidades operacionais que não os previstos nos arts. 3º e 4º devem enquadrar-se nas condições estabelecidas nesta resolução até 30 de junho de 2005.

Art. 12. Para efeito da verificação da observância dos limites de que trata esta resolução, deve ser enviado ao Ministério da Previdência Social, na periodicidade e forma a serem estabelecidas por aquele ministério, demonstrativo da evolução de enquadramento das aplicações.

Art. 13. Eventuais descumprimentos dos limites e das condições estabelecidos nesta resolução devem ser objeto de planos de enquadramento apresentados pelos regimes próprios de previdência social ao Ministério da Previdência Social, acompanhados dos respectivos cronogramas de execução, para fins de avaliação e submissão à aprovação do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo os planos de enquadramento apresentados por regimes próprios de previdência social cujas aplicações sejam iguais ou inferiores a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), hipótese em que a aprovação ali referida competirá ao Ministério da Previdência Social.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas as Resoluções 2.651 e 2.652, ambas de 23 de setembro de 1999, e 2.661, de 28 de outubro de 1999.

Brasília, 28 de outubro de 2004.

***Henrique de Campos Meirelles***  
***Presidente***



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

### PROCURADORIA PARLAMENTAR

AO DAL

PARECER N.º 026/2007

*As Comissões Parlamentares -  
To, 13/06/07*

Ref.: Projeto de Lei n.º 109/2007

Origem: PODER EXECUTIVO

Senhor Presidente,

Atendendo determinação de Vossa Excelência, estampada no rosto da proposição referenciada, e considerando a competência a este órgão consultivo atribuída pelo inciso IV, do artigo 31 do Regimento Interno, cabe-me aduzir o que segue.

### RELATÓRIO

“Altera o art. 85 da Lei n.º 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis n.ºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de 30 de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006 e 2.162, de 12 de dezembro de 2006”, é a Súmula do Projeto de Lei n.º 109/2007, de iniciativa do Poder Executivo, exposto em 2 (dois) artigos.



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

### PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### NO MÉRITO

A documentação acostada à propositura enfocada, justifica e ampara amplamente a sua análise pelos membros das Comissões Permanentes desta Casa.

Importante e oportuno ressaltar que um sistema de previdência equilibrado do ponto de vista atuarial, como na hipótese em comento, é aquele em que há equilíbrio entre as contribuições exigidas e os benefícios que serão pagos. Para isso, o sistema não apenas tem que ser contributivo, mas também o valor das contribuições tem que ser em montante suficiente para fazer frente aos encargos previstos na legislação pertinente.

É o que me compete.

Campo Mourão, 06 de junho de 2007.

**ROBERTO P. RIBEIRO DE CASTRO**  
Procurador Parlamentar  
O.A.B. /PR – 6.608

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 1628 / 2007

Campo Mourão, 06/06/07 Horas: 10:12

ROSEMILSON  
PROTOCOLISTA



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (044) 3523 - 23.30 - CEP 87302 - 220 - Cx. Postal 450

CNPJ. 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Vereador ROQUE DE FREITAS

[vereador\\_roquedefreitas@camaracm.com.br](mailto:vereador_roquedefreitas@camaracm.com.br)

Bancada do PSDB

## PROJETO DE LEI Nº 109/2007

## AUTORIA DO DR. ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA

## RELATOR – ROQUE DE FREITAS

### RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão de Legislação e Redação o Projeto de Lei nº 109/2007, protocolado sob nº 1494/2007 de 1423 de maio de 2007, que, **“ALTERA O ART. 85 DA LEI Nº 718, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990, ALTERADO PELAS LEIS NºS 1319, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2001, 1902, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, 2038, DE 23 DE MARÇO DE 2006, E 2162, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006.”**

### REGIME DE URGÊNCIA

### VOTO DO RELATOR

Após análise do referido projeto onde foram preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade, após consulta ao Sindicato dos Servidores Municipais que se mostraram favoráveis ao projeto, apresento parecer **FAVORÁVEL** à tramitação do referido Projeto de Lei.

SALA DAS SESSÕES, Campo Mourão - Pr, 26 de maio de 2007.

  
ADEMIR FRANCO DE LIMA  
Presidente

  
ROQUE DE FREITAS  
relator

  
SIDNEI JARDIM  
Membro



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS  
PSDB

### PROJETO DE LEI Nº 0109/2007.

### AUTORIA: PODER EXECUTIVO

### ENVIADO A COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

### RELATORA: VEREADORA MARLA A. TURECK DINIZ

### RELATÓRIO:

Tramita nesta comissão, projeto de lei de nº 0109/2007, protocolado sob nº 1494/2007 em 23 de maio de 2007, que **ALTERA O ARTIGO 85 DA LEI Nº 718, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990, ALTERADO PELAS LEIS NºS 1.419, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2001, 1.902, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, 2.038, DE 23 DE MARÇO DE 2006, E 2.162, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006.**

### VOTO DA RELATORA:

Após a análise do projeto nº 0109/2007, no que compete a esta Comissão analisar, *informamos que o mesmo não acarreta despesas orçamentárias para o Município, estando em harmonia com aspectos financeiros orçamentários do Município.*

O presente projeto tem por objetivo *desmembrar o percentual conhecido como "taxa de administração" do índice de contribuição previdenciária a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundações e Autarquia do Município de Campo Mourão para atender do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que modificou o sistema de contabilização dos recursos referentes à "taxa de administração", antes considerados no índice global de 18,12% (dezoito vírgula doze por cento), sendo necessário o referido desmembramento apenas para efeito contábil.*

Verifica-se que não há óbices, portanto manifestamos nosso **VOTO FAVORÁVEL** à tramitação do citado Projeto de Lei.

SALA DE SESSÕES 28 de junho de 2007.

  
MARLA A. TURECK DINIZ

Presidente - Relatora

  
SALVADOR MARTINS TURIBIO

Membro

  
EDSON SILVA DE LIMA

Membro

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-2330 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J n. 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)


[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Bancada do Partido Trabalhista Brasileira - P.T.B

**COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITOS TEMÁTICOS**

**PROJETO DE LEI Nº 109/2007** AO DAA

*Providências de como  
repuer.  
11/07/07*



Autoria: Executivo Municipal

Súmula: Altera art. 85, da Lei nº 718/90.

**RELATÓRIO**

O Prefeito Municipal propõe que a Previdência Municipal destine 2% de suas receitas para custeio das despesas administrativas.

Informa em sua justificativa que a medida visa atender solicitação do Tribunal de Contas.

A matéria recebeu parecer favorável a tramitação pelas demais Comissões Permanentes, desta Casa, inclusive com a manifestação da Procuradoria Parlamentar.

Relatoria reservada a Presidência da Comissão nos termos do art. 51, inciso XIV, do R.I. a Relatoria.

É o relatório em apertada síntese.

**PARECER DO RELATOR**

A matéria não está devidamente instruída.

É necessário que se demonstre o valor despendido com custos administrativos nos últimos três exercícios passados, em face da receita anual.

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-2330 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450  
C.N.P.J n. 79.869.772/0001-14  
e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)  
[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)  
Bancada do Partido Trabalhista Brasileira - P.T.B

Portanto converto em diligência para que seja informado pelo

Autor:

- Quais foram os dispêndios administrativos da PREVSICAM nos últimos três exercícios (2006, 2005, 2004).
- Quais os dispêndios administrativos até o mês de julho 2007 e previsão até dezembro de 2007.
- Traçar os parâmetros dessas despesas frente as receitas anuais, em percentuais.

Converto parecer em diligência.

Campo Mourão, 09 de julho de 2007.

Luiz Alfredo da Cunha Bernardo - Relator

**VOTO DOS MEMBROS DA COMISSÃO**

O Vereador ISIDORO DA SILVA MORAES assim se manifesta: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

O Vereador CARLOS IZIDORO KOCH assim se manifesta: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
Protocolo nº 2095/2007  
Campo Mourão, 09/07/07 Hora: 10:40  
Desemilson  
PROTOCOLISTA



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Ofício nº 2.034/07-GAB/PRES.

Campo Mourão, 12 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em atendimento a requerimento do Vereador Luiz Alfredo da Cunha Bernardo, Presidente da Comissão Permanente de Méritos Temáticos, solicitamos as informações abaixo, referentes ao Projeto de Lei nº 109/2007, que "Altera o art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006 e 2.162, de 12 de dezembro de 2006":

- Quais foram os dispêndios administrativos da Previscam nos últimos três exercícios (2004, 2005, 2006)?
- Quais os dispêndios administrativos até o mês de julho 2007 e previsão até dezembro de 2007?
- Traçar os parâmetros dessas despesas frente as receitas anuais, em percentuais.

Tais esclarecimentos visam a agilização do trâmite do processo.

Respeitosamente,

**Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Prefeito **Nelson José Tureck**,  
Prefeitura Municipal  
Campo Mourão – PR  
/ppo



Ofício nº 0839/2007 - DEADM/SEFAD

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
Protocolo Nº 2296/2007  
Campo Mourão, 24/07/07 Horas: 10:52  
Rosemilson  
PROTOCOLISTA

Campo Mourão, 18 de julho de 2007

AO DAL

Conte o autor e o  
Plenário.

70, 25/07/07

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 2034/2007 – GAB/PRES formulado pelo Vereador **Luiz Alfredo da Cunha Bernardo**, que solicita informações referente ao Projeto de Lei nº 109/2007, que “Altera o Art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1419, de 31 de dezembro de 2001, 1902, de dezembro de 2004, 2038, de 23 de março de 2006 e 2162, de 12 de dezembro de 2006”, tenho a informar-lhe e aos Nobres Pares dessa Colenda Casa de Leis que:

Com base nas informações prestadas pelo **Superintendente da PREVISCAM:**

Encaminhamos Planilha de Gastos Administrativos da PREVISCAM demonstrando as informações solicitadas.

Atenciosamente

Nelson José Tureck  
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
Vereador **Eraldo Teodoro de Oliveira**  
Presidente da Câmara Municipal  
Campo Mourão – PR

**PLANILHA DE GASTOS ADMINISTRATIVOS DA PREVICAM**

MÊS/ANO	2004	2005	2006	2007
JANEIRO	14.721,53	21.702,26	14.750,27	14.421,39
FEVEREIRO	9.015,20	10.391,87	13.470,55	12.620,23
MARÇO	12.829,35	9.683,97	11.356,50	15.230,81
ABRIL	11.282,23	16.395,21	11.833,37	12.612,05
MAIO	10.241,24	(8.988,65)	13.508,94	13.153,77
JUNHO	17.369,66	10.171,16	11.821,89	18.612,99
JULHO	15.638,37	13.934,50	13.616,19	13.170,00
AGOSTO	15.319,40	11.493,19	11.648,56	13.150,00
SETEMBRO	10.258,66	10.383,01	12.342,09	13.800,00
OUTUBRO	11.922,09	15.035,70	13.044,59	13.800,00
NOVEMBRO	15.262,68	10.465,34	7.768,50	13.500,00
DEZEMBRO	38.344,21	19.284,89	28.796,98	18.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>182.204,62</b>	<b>139.952,45</b>	<b>163.958,43</b>	<b>172.071,24</b>
RECEITAS ANUAIS	2004	2005	2006	2007
	5.216.744,36	7.336.077,44	8.007.151,41	8.785.000,00
% EM RELAÇÃO AS RECEITAS	3,49%	1,91%	2,05%	1,96%

86.651,24  
PREVISÃO  
PREVISÃO  
PREVISÃO  
PREVISÃO  
PREVISÃO

PREVISÃO

CAMPO MOURÃO, 17 DE JULHO DE 2007

*José Gilberto de Souza*

JOSÉ GILBERTO DE SOUZA  
SUPERINTENDENTE

*Josmar de Campos Gonçalves*

JOSMAR DE CAMPOS GONÇALVES  
CONTADOR



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450  
C.N.P.J 79.869.772/0001-14  
e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)  
[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Ofício nº 2.034/07-GAB/PRES.

Campo Mourão, 12 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em atendimento a requerimento do Vereador Luiz Alfredo da Cunha Bernardo, Presidente da Comissão Permanente de Méritos Temáticos, solicitamos as informações abaixo, referentes ao Projeto de Lei nº 109/2007, que "Altera o art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006 e 2.162, de 12 de dezembro de 2006":

- Quais foram os dispêndios administrativos da Previscam nos últimos três exercícios (2004, 2005, 2006)?
- Quais os dispêndios administrativos até o mês de julho 2007 e previsão até dezembro de 2007?
- Traçar os parâmetros dessas despesas frente as receitas anuais, em percentuais.

Tais esclarecimentos visam a agilização do trâmite do processo.

Respeitosamente,

  
Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Prefeito **Nelson José Tureck**,  
Prefeitura Municipal  
Campo Mourão – PR  
/ppo



# Campo Mourão

Cidade Escola



Ofício nº 0839/2007 - DEADM/SEFAD

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
Protocolo nº 2296/2007  
Campo Mourão, 24/07/07 Horas: 10:52  
Rosemilson  
PROTOCOLISTA

Campo Mourão, 18 de julho de 2007

AO DAL

Conte o autor e o  
Plenário.

20, 25/07/07

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 2034/2007 – GAB/PRES formulado pelo Vereador **Luiz Alfredo da Cunha Bernardo**, que solicita informações referente ao Projeto de Lei nº 109/2007, que "Altera o Art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1419, de 31 de dezembro de 2001, 1902, de dezembro de 2004, 2038, de 23 de março de 2006 e 2162, de 12 de dezembro de 2006", tenho a informar-lhe e aos Nobres Pares dessa Colenda Casa de Leis que:

Com base nas informações prestadas pelo **Superintendente da PREVISCAM:**

Encaminhamos Planilha de Gastos Administrativos da PREVISCAM demonstrando as informações solicitadas.

Atenciosamente

Nelson José Tureck  
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
Vereador **Eraldo Teodoro de Oliveira**  
Presidente da Câmara Municipal  
Campo Mourão – PR

**PLANILHA DE GASTOS ADMINISTRATIVOS DA PREVISCAM**

MES/ANO	2004	2005	2006	2007
JANEIRO	14.721,53	21.702,26	14.750,27	14.421,39
FEVEREIRO	9.015,20	10.391,87	13.470,55	12.620,23
MARÇO	12.829,35	9.683,97	11.356,50	15.230,81
ABRIL	11.282,23	16.395,21	11.833,37	12.612,05
MAIO	10.241,24	(8.988,65)	13.508,94	13.153,77
JUNHO	17.369,66	10.171,16	11.821,89	18.612,99
JULHO	15.638,37	13.934,50	13.616,19	13.170,00
AGOSTO	15.319,40	11.493,19	11.648,56	13.150,00
SETEMBRO	10.258,66	10.383,01	12.342,09	13.800,00
OUTUBRO	11.922,09	15.035,70	13.044,59	13.800,00
NOVEMBRO	15.262,68	10.465,34	7.768,50	13.500,00
DEZEMBRO	38.344,21	19.284,89	28.796,98	18.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>182.204,62</b>	<b>139.952,45</b>	<b>163.958,43</b>	<b>172.071,24</b>

86.651,24  
PREVISÃO  
PREVISÃO  
PREVISÃO  
PREVISÃO  
PREVISÃO

RECEITAS ANUAIS	2004	2005	2006	2007
	5.216.744,36	7.336.077,44	8.007.151,41	8.785.000,00
% EM RELAÇÃO AS RECEITAS	3,49%	1,91%	2,05%	1,96%

PREVISÃO

CAMPO MOURÃO, 17 DE JULHO DE 2007

*José Gilberto de Souza*

JOSÉ GILBERTO DE SOUZA  
SUPERINTENDENTE

*Josmar de Campos Gonçalves*

JOSMAR DE CAMPOS GONÇALVES  
CONTADOR



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450  
C.N.P.J 79.869.772/0001-14  
e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)  
[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Ofício nº 2.034/07-GAB/PRES.

Campo Mourão, 12 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em atendimento a requerimento do Vereador Luiz Alfredo da Cunha Bernardo, Presidente da Comissão Permanente de Méritos Temáticos, solicitamos as informações abaixo, referentes ao Projeto de Lei nº 109/2007, que "Altera o art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006, e 2.162, de 12 de dezembro de 2006":

- Quais foram os dispêndios administrativos da Previscam nos últimos três exercícios (2004, 2005, 2006)?
- Quais os dispêndios administrativos até o mês de julho 2007 e previsão até dezembro de 2007?
- Traçar os parâmetros dessas despesas frente as receitas anuais, em percentuais.

Tais esclarecimentos visam a agilização do trâmite do processo.

Respeitosamente,

  
Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Prefeito **Nelson José Tureck**,  
Prefeitura Municipal  
Campo Mourão – PR  
/ppo



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

e-mail:legislativomunicipal@camaraem.com.br

www.camaraem.com.br

Departamento de Assuntos Legislativos

PROTOCOLO Nº 1494/2007	PROJETO DE LEI Nº 109/2007
------------------------	----------------------------

TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA	
------------------------	--

DATA	COMISSÃO PERMANENTE	PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA
13   06   2007	LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO	
13   06   2007	FINANÇAS E ORÇAMENTO	
13   06   2007	MÉRITOS TEMÁTICOS	

DATA	DISCUSSÃO E VOTAÇÃO	RESULTADO			PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA
		APROVADO		REJEITADO	
		APROVADO		REJEITADO	
		APROVADO		REJEITADO	
		APROVADO		REJEITADO	
		APROVADO		REJEITADO	
		APROVADO		REJEITADO	
		APROVADO		REJEITADO	

EMENDAS OU OUTRAS OBSERVAÇÕES:

RETIRADO PELO EXECUTIVO  
ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº 1008/2007  
EM ANEXO.

REDAÇÃO FINAL: / /	SANÇÃO/PROMULGAÇÃO: / /
--------------------	-------------------------

PUBLICAÇÃO: / /	ARQUIVAMENTO: / /
-----------------	-------------------

DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

<b>NOME</b>	<b>F</b>	<b>C</b>	<b>A</b>
Ademir Pezão			
Carlos Koch			
Edson Lima			
Dr. Eraldo			
Isidoro Moraes			
Luiz Alfredo			
Marla			
Roque			
Salvador			
Sidnei			

<b>F – favoráveis</b>
<b>C – contrários</b>
<b>A – ausentes</b>

<b>NOME</b>	<b>F</b>	<b>C</b>	<b>A</b>
Ademir Pezão			
Carlos Koch			
Edson Lima			
Dr. Eraldo			
Isidoro Moraes			
Luiz Alfredo			
Marla			
Roque			
Salvador			
Sidnei			

<b>F – favoráveis</b>
<b>C – contrários</b>
<b>A – ausentes</b>



# Campo Mourão

Cidade Escola



Ofício nº 01008/2007 - DEADM/SEFAD

AO DAL

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo nº 2551/2007  
Campo Mourão, 13/08/07 Hora: 16:18  
ROSEMISON  
PROTOCOLISTA

Campo Mourão, 10 de agosto de 2007

- Verificar a possibilidade  
junto ao Procurador Parla-  
mentar.  
do, 13/08/07

Senhor Presidente,

Solicitamos a retirada do Projeto de Lei nº 109/2007, que "Altera o art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de 30 de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006, e 2.162, de 12 de dezembro de 2006", que se encontra em trâmite nessa Casa de Leis.

Atenciosamente

Nelson José Tureck  
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
Vereador **Eraldo Teodoro de Oliveira**  
Presidente da Câmara Municipal  
Campo Mourão – PR



# Campo Mourão

Cidade Escola



Projeto de Lei

fl. nº 2

## MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 109/2007

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 1494/2007

Campo Mourão, 23/05/07 Horas: 17:40

Dosmilson  
PROTOCOLISTA

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Encaminhamos para apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que: "Altera o art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de 30 de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006, e 2.162, de 12 de dezembro de 2006".

O presente projeto tem por objetivo desmembrar o percentual conhecido como "taxa de administração" do índice de contribuição previdenciária a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundações e Autarquia do Município de Campo Mourão para atender exigência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que modificou o sistema de contabilização dos recursos referentes à "taxa de administração", antes considerados no índice global de 18,12% (dezoito vírgula doze por cento).

Destarte, informamos que não haverá nenhum impacto financeiro aos cofres do Tesouro Municipal, em virtude de que o mesmo já vem efetuando o repasse dos 18,12%, sendo necessário o referido desmembramento apenas para efeito contábil.

O efeito retroativo a 1º de janeiro de 2007, deve ao fato de que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná exige que a alteração contábil seja efetuada desde janeiro.

Diante do exposto, tendo em vista a faculdade estabelecida no artigo 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 160, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara Municipal, solicitamos a Vossas Excelências a deliberação da matéria em regime de urgência.

Campo Mourão, 22 de maio de 2007

Nelson José Tureck  
Prefeito Municipal



# Campo Mourão

Cidade Escola



PROJETO DE LEI Nº 109/2007  
De 22 de maio de 2007

Altera o art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de 30 de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006, e 2.162, de 12 de dezembro de 2006.

O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO. Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

## LEI:

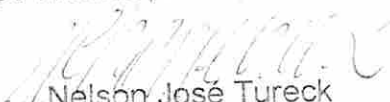
Art. 1º O art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de 30 de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006, e 2.162, de 12 de dezembro de 2006, passa a vigorar de acordo com a seguinte redação:

"Art. 85. A contribuição destinada à PREVICAM, a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundações e Autarquia do Município de Campo Mourão, é de 18,12% (dezoito vírgula doze por cento) sobre o salário de contribuição dos servidores ativos, sendo 16,12% (dezesseis vírgula doze por cento) relativa à contribuição patronal e 2% (dois por cento) para custeio das despesas administrativas da Autarquia.

§ 5º O excedente da parcela destinada ao custeio das despesas administrativas ficarão nos cofres da PREVICAM, que poderá aplicá-lo de acordo com as disposições da Resolução BACEN 3.244, de 28 de outubro de 2004, utilizá-lo para investimentos ou pagamento de despesas previdenciárias." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2007.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"  
Campo Mourão, 22 de maio de 2007

  
Nelson José Tureck  
Prefeito Municipal



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

### PROCURADORIA PARLAMENTAR

AO DAL

PARECER N.º 136/2007

Ref.: Ofício n.º 01008/2007-DEAM/SEFAD

Origem: PODER EXECUTIVO

Senhor Presidente,

*Aprovo o Requerimento do Prefeito, pelos próprios meios expostos no Parecer do Procurador Parlamentar.  
maio, 16/08/07*

Atendendo determinação de Vossa Excelência, estampada no rosto do expediente referenciado, e considerando a competência a este órgão consultivo atribuída pelo inciso IV, do artigo 31 do Regimento Interno, cabe-me aduzir o que segue.

### RELATÓRIO

"Altera o art. 85 da Lei n.º 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis n.ºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902, de 30 de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006 e 2.162, de 12 de dezembro de 2006", é a Súmula do Projeto de Lei n.º 109/2007, exposto em 02 (dois) artigos, protocolado nesta Casa sob o n.º 1494/2007, em 23 de maio de 2007, sendo que, já agora, através do ofício 01008/2007-DEAM/SEFAD, Sua Excelência solicita sua retirada.

### NO MÉRITO

O § 1º, do artigo 105 do Regimento Interno, estabelece que: "Se a proposição já tiver pareceres favoráveis **de todas as Comissões competentes para opinar sobre seu mérito**, somente ao Plenário cumpre deliberar, observado o disposto no inciso XI, do "caput" do artigo 137 deste Regimento" (grifei).



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450  
C.N.P.J 79.869.772/0001-14  
e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)  
[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

### PROCURADORIA PARLAMENTAR

O DAL esclarece que somente duas Comissões Permanentes se manifestaram até o momento.

Diante da informação, a postulação formulada pelo Senhor Prefeito Municipal encontra respaldo regimental, habilitando essa Presidência a deferi-la liminarmente, consoante disciplina o artigo 105 do instrumento normativo desta Casa.

A Diretoria Geral de Administração deverá adotar as providências cabíveis à espécie.

É o que me compete argüir.

Campo Mourão, 14 de agosto de 2007.

**ROBERTO P. RIBEIRO DE CASTRO**  
Procurador Parlamentar  
O.A.B. /PR – 6.608

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
Protocolo: 2561/2007  
Campo Mourão, 14/08/07 Horas: 15:19  
ROSEMILSON  
PROTOCOLISTA



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450.

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Ofício nº 2.474/07-GAB/PRES.

Campo Mourão, 17 de agosto de 2007.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em atenção ao Ofício nº 1008/07 – DEADM/SEFAD, informamos Vossa Excelência que foi aprovada a retirada do Projeto de Lei nº 109/2007, de autoria do Poder Executivo, que “Altera o art. 85 da Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1990, alterado pelas Leis nºs 1.419, de 31 de dezembro de 2001, 1.902 de 30 de dezembro de 2004, 2.038, de 23 de março de 2006 e 2.162, de 12 de dezembro de 2006”.

Respeitosamente,

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Prefeito **Nelson José Tureck**,  
Prefeitura Municipal  
Campo Mourão – PR  
/ppo